

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.429 - SP (2017/0038284-9)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : JOSÉ DA COSTA VINAGRE  
**ADVOGADO** : CELMO MARCIO DE ASSIS PEREIRA E OUTRO(S) - SP061991  
**RECORRIDO** : CABOMAR S/A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REGRESSO. AVALISTA. SUB-ROGAÇÃO. CABIMENTO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DEDUZIDA PELO AUTOR. PRAZO DECENAL.*

*1. O avalista, ao pagar integralmente o débito, sub-roga-se nos direitos do credor originário, mantendo-se todos os elementos da obrigação primitiva, inclusive o prazo prescricional.*

*2. A pretensão indenizatória nascida do inadimplemento contratual obedece ao prazo de prescrição decenal (art. 205 do CC), dada a natureza obrigacional e pessoal da relação e a inexistência de prazo específico.*

*3. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ DA COSTA VINAGRE com arrimo no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 538):

*APELAÇÃO AVALISTA AÇÃO DE REGRESSO SENTENÇA DE EXTINÇÃO, PELO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DEDUZIDA PELO AUTOR.*

*Argumentos do autor, ora apelante, que não se sustentam - Correto o reconhecimento da prescrição de sua pretensão Adimplemento do débito, pelo avalista, que ocorreu no longínquo ano de 1995 Demanda movida apenas em 12 de março de 2013, ou seja, mais de 10 (dez) anos após o início da vigência do Código Civil de 2012, termo inicial do prazo prescricional decenal aplicado ao caso concreto. SENTENÇA MANTIDA RECURSO DESPROVIDO.*

Consta dos autos que JOSÉ DA COSTA VINAGRE ajuizou ação de restituição c.c. indenizatória em desfavor de CABOMAR S/A.

O juízo de primeiro grau proferiu sentença determinando a extinção do processo, com resolução do mérito, ante o reconhecimento da prescrição da pretensão deduzida pelo autor.

Irresignado, o demandante interpôs recurso de apelação.

No entanto, o Tribunal de Justiça negou provimento ao apelo conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguintes termos (fls. 551):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Ausência de vícios sanáveis pela presente via - Nítido caráter infringente - Embargos de declaração não servem para ajustar o entendimento do órgão julgador às teses sustentadas por quem embarga - Mesmo para fins de prequestionamento devem ser observados os limites do art. 1.022 do CPC EMBARGOS REJEITADOS.*

Em suas razões de recurso especial, o recorrente alegou violação ao art. 168, inciso IV, do Código Civil/1916, ao argumento de que imprescritível a pretensão deduzida na exordial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

Cuida-se de ação regressiva ajuizada por avalista que adimpliu o débito da parte avalizada.

Prefacialmente, destaca-se que, ao pagar a dívida em que figurava como avalista, a parte sub-roga-se nos direitos do credor.

No entanto, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao pagar pela dívida avalizada, a pretensão de regresso submete-se aos mesmos prazos da obrigação original.

A propósito:

**RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. PAGAMENTO DO DÉBITO PELO FIADOR. SUB-ROGAÇÃO. DEMANDA REGRESSIVA AJUIZADA CONTRA OS LOCATÁRIOS INADIMPLENTES. MANUTENÇÃO DOS MESMOS ELEMENTOS DA OBRIGAÇÃO ORIGINÁRIA, INCLUSIVE O PRAZO PRESCRICIONAL. ARTS. 349 E 831 DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO TRIENAL (CC, ART. 206, § 3º, I). OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.**

**1. O fiador que paga integralmente o débito objeto de contrato de locação fica sub-rogado nos direitos do credor originário (locador), mantendo-se todos os elementos da obrigação primitiva, inclusive o prazo prescricional.**

**2. No caso, a dívida foi quitada pela fiadora em 9/12/2002, sendo que, por não ter decorrido mais da metade do prazo prescricional da lei anterior (5 anos - art. 178, § 10, IV, do CC/1916), aplica-se o prazo de 3 (três) anos, previsto no art. 206, § 3º, I, do CC/2002, a teor do art. 2.028 do mesmo diploma legal. Logo, considerando que a ação de execução foi ajuizada somente em 7/8/2007, verifica-se o implemento da prescrição, pois ultrapassado o prazo de 3 (três) anos desde a data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, em 11/1/2003.**

**3. Recurso especial provido. (REsp 1432999/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 25/05/2017, g.n.)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SEGURO VIAGEM INDENIZAÇÃO PELO EXTRAVIO DE MERCADORIA PAGA PELA SEGURADORA AÇÃO DE REGRESSO PRESCRIÇÃO TRIENAL. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

**1. A seguradora, ao ressarcir os prejuízos ocasionados pela perda da mercadoria, sub-roga-se nos direitos do segurado, podendo ajuizar ação contra o terceiro. A sub-rogação, entretanto, confere à seguradora o mesmo prazo prescricional previsto na relação jurídica originária, previsto para o segurado. Precedentes.**

**2. Com efeito, "Esta Corte já firmou entendimento de que, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, buscar o ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites**

*que assistiam ao segurado" (AgRg no REsp 1169418/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 14/02/2014).*

*3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 891.044/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017, g.n.)*

Na hipótese dos autos, o juízo de primeiro grau reconheceu o caráter obrigacional da dívida original e aplicou o prazo prescricional previsto no Código Civil de 1916, observada a regra de transição prevista no Código Civil de 2002, nos seguintes termos (fl. 512):

*(...)*

*No caso, a pretensão teve por marco inicial o pagamento da dívida original, em 19 de junho de 1995.*

*Outrossim, diante do inequívoco caráter obrigacional, aplicável à hipótese o prazo geral previsto, que era de 20 (vinte) anos pelo Código Civil de 1916, passou a ser de 10 (dez) anos pelo Código Civil de 2002.*

*Observada a regra do art. 2.028, do Código Civil, considerando o prazo anterior de 20 anos, nota-se que, na data de entrada do novo Código Civil ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional anterior.*

*Assim, aplicável, na sua integralidade, o prazo de 10 anos estabelecido pelo Código Civil de 2002, a contar da data de sua entrada em vigor, qual seja 11/01/2003 (g.n.).*

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar o recurso de apelação, manteve a sentença de primeiro grau que reconheceu a prescrição da pretensão do autor sob os seguintes fundamentos (fls. 540/541):

*(...)*

*O cerne do recurso diz com o reconhecimento da prescrição de tal pretensão.*

*A tese de que não teria ocorrido a prescrição em razão do manejo da anterior demanda em face do banco credor originário não se sustenta.*

*Com efeito, a sociedade apelada não era parte naquele feito, de modo que inviável se cogitar de efeitos interruptivos ou*

*suspensivos da prescrição de eventual pretensão contra ela deduzida.*

*Foi preciso o douto sentenciante: "não há como considerar o ajuizamento de ação em face do credor, como causa interruptiva da prescrição em face de pessoa distinta, qual seja, o devedor originário".*

***Também sem razão o autor quando sustenta que, por se cuidar de questão atinente a penhor, não poderia se cogitar de prescrição pois esta não fluiria.***

*Com efeito, a regra invocada, anteriormente insculpida no art. 168, IV do revogado CC de 1916, não foi reproduzida no novo Código Civil.*

*Note-se que, admitida a tese do apelante, estar-se-ia reconhecendo, ao arrepio da legislação, situação de imprescritibilidade, o que não se pode cogitar.*

***Como o adimplemento do débito pelo ora autor ocorreu em janeiro de 1996, o prazo prescricional de sua pretensão era vintenário. Tal prazo, com o advento do NCC tal prazo passou a ser decenal.***

***Como não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional previsto na codificação de 1916 quando do advento do novel Código Civil, aplica-se em sua integralidade o prazo prescricional de 10 (dez anos), a partir de 11 de janeiro de 2013, início da vigência do atual código (CC/02, art. 2.028).***

*Assim, porque só apenas em 12 de março de 2013 foi a inicial protocolada, correto o reconhecimento da prescrição (g.n.).*

Verifica-se, portanto, que tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconheceram a natureza obrigacional da dívida e aplicaram o prazo prescricional previsto no Código Civil de 1916, observadas as regras de transição previstas no novel diploma civil.

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento adotado pelas instâncias de origem não merece reparos.

Com efeito, há julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a pretensão indenizatória nascida do inadimplemento contratual obedece ao prazo de prescrição decenal (art. 205 do CC), dada a natureza obrigacional e pessoal da relação e a inexistência de prazo específico.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANOS MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.*

*1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*

*2. A pretensão indenizatória nascida do inadimplemento contratual obedece ao prazo de prescrição decenal (art. 205 do CC), dada a natureza obrigacional e pessoal da relação e a inexistência de prazo específico. Precedentes.*

*(...)*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1384376/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)*

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, conheço do recurso especial, no entanto, nego-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**